

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na passada semana, o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, expressou ao governo da África do Sul o apoio da União Europeia (UE) ao esforço de paz da África Austral na estabilização da situação de segurança no norte de Moçambique, palco de violência.

No final do encontro bilateral em Pretória, o Presidente Cyril Ramaphosa manifestou-se “encorajado” pela expressão de apoio da UE aos esforços de paz da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em curso no norte do país vizinho, mas sem avançar detalhes.

Já a própria SADC, através da Ministra das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, Naledi Pandor, na abertura de uma reunião sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança, em Pretória, também elogiou a missão militar que apoia Moçambique no combate ao terrorismo em Cabo Delgado.

Há cerca de 800 mil deslocados internos devido ao conflito, de acordo com a Organização Internacional das Migrações (OIM), e cerca de 4.000 mortes, segundo o projeto de registo de conflitos ACLED (Armed Conflict Location & Event Data Project).

Desde julho de 2021, uma ofensiva das forças armadas moçambicanas, com o apoio do Ruanda a que se juntou depois a SADC, permitiu recuperar zonas onde havia presença de rebeldes, mas a fuga destes tem provocado novos ataques noutros distritos usados como passagem ou refúgio.

A situação de violência na região fez com que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) alertasse para a gravidade destes novos ataques, provocando 36.000 deslocados em distritos até agora considerados seguros. Um dos mais recentes ataques ocorreu a 35 quilómetros de Pemba, capital da província moçambicana, com um aeroporto que a liga ao resto do mundo, base da ajuda humanitária e um dos principais refúgios para milhares de deslocados.

Assim, face a esta situação no norte de Moçambique que continua problemática e com vários episódios de violência extrema, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea d) do nº 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os deputados signatários perguntar ao governo, nomeadamente ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros o seguinte:

1. Que medidas têm sido tomadas para continuar a garantir a salvaguarda da vida dos portugueses e dos seus bens nessa região?
2. Qual o balanço que faz da parceria bilateral entre os governos português e moçambicano, como também no âmbito da CPLP, de forma a resolver este conflito?
3. Estão previstos mais projetos de cooperação bilateral de âmbito territorial para as províncias afetadas por este conflito?

Palácio de São Bento, 26 de julho de 2022

Deputado(a)s

PAULA CARDOSO(PSD)

TIAGO MOREIRA DE SÁ(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)

FRANCISCO PIMENTEL(PSD)

JOÃO MONTENEGRO(PSD)

RICARDO SOUSA(PSD)

AFONSO OLIVEIRA(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

ISABEL MEIRELES(PSD)

PAULO RAMALHO(PSD)

SÉRGIO MARQUES(PSD)